

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MARIANA VIEIRA CAMPOS

**IMAGENS DA INVISIBILIDADE: UMA APROXIMAÇÃO
FOTOETNOGRÁFICA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM
VITÓRIA - ES**

VITÓRIA

2019

MARIANA VIEIRA CAMPOS

**IMAGENS DA INVISIBILIDADE: UMA APROXIMAÇÃO
FOTOETNOGRÁFICA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM
VITÓRIA - ES**

Monografia apresentada ao curso de Direito da
Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como
requisito parcial para graduação no curso de
bacharelado em Direito.

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Reid dos Santos.

VITÓRIA

2019

MARIANA VIEIRA CAMPOS

IMAGENS DA INVISIBILIDADE: UMA APROXIMAÇÃO
FOTOETNOGRÁFICA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM
VITORIA – ES

Monografia apresentada ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória –
FDV, como requisito parcial para graduação no curso de bacharelado em Direito.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Filipe Reid dos Santos
Faculdade de Direito de Vitória – FDV
Orientador

Prof. (nome)
Faculdade de Direito de Vitória – FDV

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a minha mãe, Lourdes, por ter me dado a vida e sempre ter se empenhado para proporcionar as melhores possibilidades para meu futuro. De fato, você o faz e sempre fez.

Agradeço imensamente aos meus tios, Bernadeth e Erivelton, pelo apoio e incentivo diários. Obrigada por me mostrarem que não tem problema algum me sentir “fora da caixa” de certos padrões impostos.

Agradeço aos meus irmãos, Lucas, Tiago e Matheus, pelos conselhos, pela força que me passam e por serem meus maiores exemplos profissionais.

Além disso, agradeço ao meu amigo, André Arantes, por ter compartilhado comigo algumas experiências de campo, não ter deixado eu desistir desse projeto e por ser meu grande incentivador.

Ademais, agradeço ao meu namorado, Bruno, por ter acompanhado esse projeto e ter me impulsionado, me acalmado, me incentivado e por sempre me lembrar que eu sou capaz.

A todos vocês o meu enorme agradecimento pelo amor, apoio, preocupação e educação dados.

Por fim, deixo meu muito obrigada ao meu orientador e amigo, professor André Filipe, excelente profissional e pessoa maravilhosa, com o qual esse trabalho foi pensado, criado, elaborado e aprimorado. Um eterno agradecimento por todas as orientações. Me sinto honrada pelas ideias divididas e pela condução nesta jornada, mas, principalmente, por ter tido você por perto em todo meu constante processo de desconstrução e reconstrução político/social.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a utilização da metodologia de pesquisa intitulada fotoetnografia. Procura analisar se é possível e qual o alcance de um trabalho científico que utiliza imagens, e não somente texto, para obter o resultado da reflexão sobre uma realidade. A etnografia realizada teve como objeto de estudo pessoas em situação de rua da Grande Vitória, região metropolitana do estado do Espírito Santo. Nesse contexto, pesquisador e pesquisado interagem, entre outras formas, principalmente a partir do universo fotográfico. Percebe-se o nítido desrespeito ao Estado Democrático de Direito, dado que a realidade experimentada por pessoas que vivem nas ruas, evidencia o caminho oposto à materialização e concretização de garantias fundamentais, do direito universal à moradia, o direito à cidade e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Fotoetnografia; Imagens; Pessoas em situação de rua; Violação a Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

The present work deals with the use of the research methodology titled photoethnography. It seeks to analyse whether it is possible and what is the scope of a scientific work that uses images, not only text, to obtain the result of reflection on a reality. The ethnography performed had as object of study people in the street situation of greater Vitória, metropolitan region of the state of Espírito Santo. In this context, researcher and research interact among other forms, mainly from the photographic universe. We perceive the clear disregard for the democratic state of law, given that the reality experienced by people living on the streets, evidences the opposite path to materialization and realization of fundamental guarantees, the universal right to housing and the principle of the dignity of the human person.

Keywords: Photoethnography; Images; People in street situation; Violation of fundamental rights.

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÃO INICIAIS	06
1	FOTOETNOGRAFIA COMO MÉTODO ANTROPOLÓGICO	07
1.1	A FOTOGRAFIA E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	08
2	ETNOGRAFIA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	14
2.1	A GRANDE VITÓRIA – ES	19
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	23

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O universo fotográfico pode ser um instrumento capaz de inserir no contexto estudado, tanto o pesquisador, quanto o leitor da pesquisa, buscando enfatizar componentes não-verbais ligados ao local onde a investigação foi ambientalizada. A presente pesquisa versa sobre pessoas em situação de rua e a metodologia utilizada foi a fotoetnografia, que faz com que a investigação de campo seja realizada e publicizada por meio de fotos etnográficas, as quais não possuem meramente uma função ilustrativa, mas se mantêm na centralidade da narrativa da realidade retratada.

A partir das imagens, o antropólogo constrói seu suporte para elaboração do texto etnográfico, onde ambos, fotografias e escrita, se complementam para transmitir as constatações e construções percebidas a partir da investigação de campo. Por meio de utilização adequada de equipamentos e técnicas fotográficas, a imagem de escopo etnográfico permite que o pesquisador demonstre visualmente o que o texto verbal talvez não pudesse fazer, dadas as diversas intencionalidades inerentes ao ato de fotografar possibilitarem ao pesquisador uma enunciação imagética extremamente precisa na composição da descrição etnográfica. (RODOLPHO et al., 1997)

Em tal contexto, o universo a ser retratado pela pesquisa em questão versa sobre pessoas em situação de rua da Grande Vitória, região metropolitana do estado do Espírito Santo. O objetivo é “quebrar” a invisibilidade dada a este grupo social ao demonstrar que o estigma criado em torno dessa parcela populacional é instrumento de consolidação de uma sociabilidade urbana excludente e perpetuação de condições criminalizantes, bem como constatar o nítido desrespeito ao Estado Democrático de Direito, vez que, a realidade experienciada por essas pessoas de rua mostra-se na contramão das garantias fundamentais, do direito universal à moradia, o direito à cidade e o princípio da dignidade da pessoa humana.

1. FOTOETNOGRAFIA COMO MÉTODO ANTROPOLÓGICO

O termo “fotoetnografia” foi utilizado pela primeira vez no Brasil para titular a pesquisa de mestrado de Achutti, em 1996. O universo em análise tratava-se de um grupo de mulheres trabalhadoras do galpão de reciclagem de lixo inorgânico da Vila Dique, periferia da cidade de Porto Alegre. (ACHUTTI; HASSEN, 2004). A partir desse trabalho, pela primeira vez no país, uma tese de mestrado utilizou imagens fotográficas para qualificar a pesquisa, na qual imagens não assumiram o mero papel de meio ilustrativo, caracterizando-se assim a fotoetnografia.

A utilização do recurso fotográfico como método narrativo, mesmo ao considerar a atual facilidade de acesso a meios tecnológicos, ainda é pouco aplicado pelos pesquisadores. O uso de imagem continua sendo sobreposto em detrimento da aplicação de formas verbais e escritas, ao considerar-se, essas últimas, meios de pesquisa mais aceitos e usuais. “[...] As diretrizes metodológicas que envolvem o uso da fotografia ainda não estão assentadas em práticas convencionadas e reconhecidas como efetivas”. (ACHUTTI; HASSEN, 2004). Em grande parte dos textos, a fotografia, quando apresentada, é limitada à função ilustrativa.

No entanto, é necessário ressaltar que o emprego da imagem como forma de pesquisa, não condiciona seu uso excludente relacionado ao texto. Pelo contrário, ambos, texto e imagem, podem ser associados de maneira complementar em seus objetivos e contribuições específicas para o trabalho do pesquisador. Como enfatizado por Achutti e Hassen (2004) “A natureza de texto e imagem naturalmente é diferente. Importa que nos demos conta de que, no limite do texto, a fotografia pode avançar ‘iluminando’ certas passagens e, no limite da fotografia, o texto cumpre um papel analítico insubstituível”.

Bronislaw Malinowski, Evans-Pritchard, Gregory Bateson, Margaret Mead e tantos outros antropólogos fizeram uso da fotografia em suas experiências etnográficas e na elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada, sendo o uso de imagens realizado por cada um destes observadores de maneira diversa e singular, variando de acordo com “o que” cada um queria “mostrar” em suas fotografias. (RODOLPHO et al., 1997, p. 317).

A pesquisa etnográfica, aquela em que o pesquisador imerge em seu universo de estudo, estabelece relações interpessoais, de diálogos, de trocas quanto de evitações e hostilidades, experimentadas na situação de convivência com o grupo escolhido e seus

sujeitos. (RODOLPHO et al., 1997, p. 318). O método antropológico, nos diversos âmbitos disciplinares que dele possam se utilizar, é singularizado devido à forma como vincula teoria e pesquisa, de modo a oportunizar novos procedimentos de investigação.

O objetivo do texto etnográfico é a descrição de uma experiência de investigação antropológica obtida pela observação direta e participante, que explicita os instrumentos conceituais e teóricos através dos quais o antropólogo pesquisador objetiva sua análise. (RODOLPHO et al., 1997, p. 319). Nessa metodologia, a análise do universo de estudo escolhido perpassa a explicação e a compreensão do observador, é dizer, “[...]o que é descrito são ‘fatos etnográficos’, em que o próprio observador faz parte do processo de conhecimento e investigação, como ensinado pelos antropólogos modernos”. (RODOLPHO et al., 1997, p. 319).

1.1 A FOTOGRAFIA E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Quanto a questões técnicas relacionadas à obtenção dos registros fotográficos na investigação antropológica, ensinam Rodolpho et al. (1997, p. 319), “o método etnográfico é potencialmente qualificado para a utilização do instrumento fotográfico como recurso de obtenção de dados e, sobretudo, como elemento de trocas entre pesquisador e pesquisado”.

Nesse contexto é necessário esclarecer que as experiências de campo são bastante variadas, em função das opções teóricas adotadas pelo pesquisador e da especificidade de cada processo investigativo. (RODOLPHO et al., 1997, p. 319). Contudo, o estudo de campo, nas suas diversas vertentes, é o momento da pesquisa no qual se sobressai de maneira essencial a perspectiva subjetiva, o exercício do “olhar” antropológico, vez que ali, imerso em seu universo de estudo, o investigador descobre seus limites e também suas potencialidades concretas, não mais aquelas fixadas no plano da abstração. Tal “olhar”, é também momento do “auto-avistar” experimentado pelo pesquisador, pois o recurso da fotografia pode proporcionar a produção de uma antropologia crítica que esclarece as diversidades deste uso, bem como pode relativizar os pressupostos conceituais e teóricos inicialmente pensados pelo pesquisador. (RODOLPHO et al., 1997, p. 319).

Ao eleger o método fotoetnográfico, o antropólogo deve considerar alguns aspectos, dentre eles um de extrema relevância é o lugar da instrumentalidade da fotografia no processo de

construção do trabalho de campo. Quem pesquisa optando por esse instrumento não pode esquecer-se de que a presença do equipamento interfere no processo de inter-relação com seu objeto de estudo. (RODOLPHO et al., 1997, p. 319). Assim o é, pois, o ato de fotografar possibilita uma tática de observação explícita, mas principalmente, permite uma comunicação direta com o grupo eleito para a pesquisa. Nesse sentido, faz-se necessário observar os estranhamentos e as tensões criadas nos primeiros contatos entre o pesquisador e os sujeitos do universo observado, também desencadeados pela presença da câmera.

A fotografia pode se transformar em auxiliar da memória do fato etnográfico, permitindo observações e exames posteriores, bem como uma compreensão mais minuciosa do contexto e estruturação de elementos não verbais ali inseridos. (RODOLPHO et al., 1997, p. 320). “A fotografia como instrumento de coleta de dado bruto, que abrange o não-descrito apenas pela palavra do pesquisador”. (RODOLPHO et al., 1997, p. 320).

Em outra perspectiva, pode-se afirmar à fotografia como uma espécie de troca entre o pesquisador e os sujeitos entrevistados e/ ou fotografados. Para Godolphim (1995, p.130) “A fotografia aparece como elemento de interação na devolução do material fotográfico, estimulando a relação com o grupo estudado e abrindo um campo de diálogo, de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas”. Assim, observa-se diálogos criados pelo uso da fotografia.

O primeiro deles refere-se à fotografia tirada pelos próprios nativos do grupo. Nesse, como delineado por Korstanje “em português”¹:

Desde a perspectiva sociológica, Bourdieu está convencido de que a fotografia reforça a coesão grupal, reformulando sentimentos de unidade. De outra forma, a fotografia tirada entre pesquisador e atores fotografados faz surgir uma aproximação do externo com o grupo social, pois deixar-se fotografar é aceitar a prova de que a própria presença conta e, ao mesmo tempo, a contrapartida obrigatória da homenagem que há recebido através do convite, pôr em evidência que se entende a honra de haver sido convidado a participar e que se participa para se render a essa honra.

¹ KORSTANJE, Maximiliano. **La Fotografía em Pierre Bourdieu y el problema de la integración social****. Buenos Aires. 2008, p. 181 - 182. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/459/45901410.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

Com original: Desde esta perspectiva sociologista, Bourdieu está convencido de que la fotografía refuerza la cohesión grupal reformulando un sentimiento de unidad [...] Dejarse fotografiar, es aceptar el testimonio de la propia presencia cuenta y que es la contrapartida obligada del homenaje que ha recibido a través de la invitación; es poner de manifiesto, al mismo tiempo, que se entiende el honor de haber sido invitado a participar y que se participa para rendir ese honor.

Outros autores (RODOLPHO et al., 1997, p. 319) ao referirem-se à devolução do material fotográfico, não isentam o pesquisador de realizar o exercício crítico necessário à imagem devolvida, pelo contrário, deve centralizar a observância do olhar seletivo sobre o contexto e situações que lhe foram apresentados e por ele foram observados, não reproduzindo somente um reflexo da realidade.

Assim ocorre, pois, diversas intenções são dispostas ao longo da prática antropológica e no uso dos instrumentos técnicos. Desde a escolha de equipamentos, ao tipo de captação de iluminação a ser utilizada, a seleção das fotos incorporadas no trabalho ou as legendas produzidas, quase tudo é, de fato, escolha do antropólogo.

Como bem colocado por Rodolpho et al. (1997, p. 320) “Embora fixando a reflexão luminosa sobre objetos realmente existentes, a imagem fotográfica é tão sujeita ao arbítrio do pesquisador que se pode denominá-la ‘imagem construída’”. Já no momento da obtenção, dentro da pesquisa de campo, o pesquisador que tira a foto pode, a depender das variações, evidenciar certos elementos e não mostrar outros, ao selecionar quais ambientes e situações serão preferidas para serem registradas e descritas. (RODOLPHO et al., 1997, p. 320).

Este decidir-se-á pelo uso de imagens pretas e brancas ou coloridas; escolhe a disposição da luz a ser captada por sua lente; resolve se quer evidenciar objetos coloridos ou não e a velocidade do click da câmera; menciona se a luz do local é funcional o bastante para captar os atores sociais escolhidos ou aquele que decide evidenciar; opta pela maneira como se posiciona a câmera, bem como a maneira a regular seu instrumento e os movimentos que executar para incluir ou excluir determinado elemento; varia a regulagem da velocidade; situa a zona de foco em um único objeto ou em todos os objetos presentes no quadro ao utilizar o anel do diafragma, entre outros exemplos de seleções a serem feitas pelo investigador. (RODOLPHO et al., 1997, p. 321).

Ademais, o etnógrafo enuncia suas escolhas por meio da seleção de fotos a serem utilizadas para compor determinada sequência e narrativa. Capta-se dezenas de fotos para escolher algumas poucas que traduzem a verdadeira amostragem pretendida a compor a pesquisa. Até mesmo a disposição das fotos comunica-se com o leitor/ observador. A escolha das sucessões das imagens utilizadas, a sequência escolhida, os contrastes temporais, gestos e expressões faciais, a descontinuidade ou a constância espacial entre

as imagens e os demais elementos, fazem com que, junto ao pesquisador, o leitor possa compartilhar as descobertas descritas pela narrativa da experiência etnográfica.

É, por óbvio, necessário um entendimento mínimo sobre o funcionamento básico da câmera eleita para ser utilizada na produção das imagens, bem como conhecimento mínimo no concernente à captação de imagens, foco e afastamento, luz/sombra, bem como demais funcionalidades instrumentais sumárias do ato de fotografar. A importância de conhecimentos basilares se faz imprescindível a fim de garantir a qualidade das imagens colhidas durante o trabalho de campo a ser realizado. Contudo, também é essencial dizer que tentar trazer as fotografias como recurso interpretativo é um constante desafio dessas produções.

Visando o maior nível de transparência e veracidade possíveis no trabalho, a presente pesquisadora não é graduada em qualquer curso superior, ou curso técnico de fotografia, contudo depreendeu conhecimentos de diversas experiências fáticas, bem como, em que se pese a atual era tecnológica, realizou a leitura de sites, blogs e artigos sobre capturas e construções imagéticas. Ademais, para a realização da pesquisa entrou em contato pessoal com fotógrafos profissionais, bem como com estudantes e graduados do curso de audiovisual da Universidade Federal do Espírito Santo. Por fim, cabe dizer que além de entusiasta da arte de fotografar, já teve oportunidade de capturar imagens contrastantes em continentes como África e Europa, retratando várias realidades e contextos sociais, entre eles os campos de concentração de Auschwitz e Birkenal, Polônia, 2012.

Contudo, mesmo sendo a pesquisadora ausente de classificações formais, o presente trabalho torna-se possível, vez que “A grande maioria dos pesquisadores opera diretamente a câmera fotográfica, desde as dissertações da década de 80. Em raras ocasiões o antropólogo solicita o auxílio profissional de um fotógrafo”. (RODOLPHO et al., 1997, p. 339). Neste contexto, “Não existe um modelo fechado sobre o uso da fotografia nas produções acadêmicas e pode-se sugerir que este tem sido um espaço extremamente criativo e inovador”. (RODOLPHO et al., 1997, p. 322).

Rodolpho et al. (1997, p. 323) fizeram uma compilação de pesquisas de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que buscaram expressar e transmitir o uso do instrumento fotográfico, a utilização da fotografia na construção do texto monográfico e a pesquisa de campo do pesquisador. Segundo os autores, dos anos de 1983 a 1997, totalizou-se 65 teses

defendidas, nas quais 21 antropólogos usaram a fotografia nos seus trabalhos etnográficos. (1997, p. 323).

Entre elas, Ondina Fachel Leal, em 1983. Intitula seu trabalho como “A leitura social da novela das oito”, utilizando de 15 fotografias no formato 22x14, P&B, impressas em off-set, posicionando uma foto por página e reunindo-as em um único Capítulo, discutindo o uso das mesmas no Capítulo VI. (RODOLPHO et al., 1997, p. 323). A autora relata que durante o trabalho “Optei por um texto fotográfico que recomponha com outra grafia a descrição dos universos onde a novela é captada [...] [as fotos] omitem legendas, pois acredito ser da técnica da fotografia a capacidade de auto revelação de imagens”. (LEAL, 1983, p. 70). E completa “Na fotografia, como no processo de conhecimento, e insisto no paralelo, a realidade só se torna objeto como coisa pensada”. (LEAL, 1986, p. 16)

Em 1993, Josiane A. Silva inclui fotografias em sua pesquisa, com nome “Bambas da Orgia, um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros”. Totaliza oito fotografias coloridas coladas diretamente na página, escolhendo inseri-las uma por página no texto e descrevendo legendas para todas, sem uso de molduras ou numerações. (RODOLPHO et al., 1997, p. 326)

Claudia Turra Magni, em 1994 defende a tese “Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre”. Insere mapas, uma fotografia de época e um anexo com trinta e nove desenhos, digitalizando a totalidade de 117 fotos. Todas as fotografias da obra possuem legendas e numeração, com variações nas dimensões do tamanho de cada uma delas. A pesquisadora rompe com a ordem tradicional de texto-foto-texto, estruturando as folhas de forma diferente. As vezes exibindo uma sequência fotográfica de tema semelhante, vez com uma outra temática. Além disso, varia na escolha da quantidade de fotos dispostas por capítulos. (RODOLPHO et al., 1997, p. 326). Para a autora dados trazidos pela fotografia não exercem apenas atuação subsidiária ou complementar ao trabalho, e sim “representou a chance de analisar e refletir através da natureza mais perene do registro, esta realidade fugidia – nômade, tal qual os sujeitos que a constroem”. (MAGNI, 1994, p. 14-15)

Outro exemplo é a dissertação de mestrado de João Aníbal dos Santos, em 1995, chamada “Televisão, cultura local e cultura de massa global: etnografia da audiência entre descendentes de imigrantes alemães”. Utiliza seis fotografias coloridas na dimensão 12x9, arranjadas em duas folhas separadas, onde em cada folha dispõem-se uma fotografia

acompanhada por uma poesia. As fotos remanescentes estão em anexo, em duas páginas finais. O autor não utiliza molduras ou legendas e incorpora as fotografias coladas sobre páginas em papel colorido. Algumas fotografias não foram selecionadas para a composição da pesquisa devido a questões técnicas (desfocadas, pouca luz, etc), porém, foram relacionadas a todo o processo de escrita da dissertação, contribuindo para a compreensão do objeto estudado. (RODOLPHO et al., 1997, p. 324).

Em 1996, o graduado em Ciências Sociais e fotógrafo profissional, Luiz Eduardo Robinson Achutti intitula seu trabalho como “Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho em uma vila popular na cidade de Porto Alegre”, ao tratar da estética de grupos populares, defende a primeira pesquisa com temática eminentemente de antropologia visual. (RODOLPHO et al., 1997, p. 331). “Meu objetivo foi descrever, através da fotografia, a qual chamo de fotoetnografia, a estética, de uma perspectiva de cultura popular, e a identidade deste grupo [...]”. (ACHUTTI, 1996)

Assim, as imagens fotográficas, ao serem conjugadas ao texto etnográfico, fazem com que o fato etnográfico seja entendido pela forma escrita, como também de maneira visual. Ao reunir os dois, pode-se perceber mais evidente o potencial agregado pelas fotografias na descrição do fato etnográfico relatado na pesquisa construída. Como evidenciado por Rodolpho et al. (1997, p.322) “A imagem etnográfica aciona percepções para além daquelas permitidas pela escrita, alcançando uma forma singular de transmissão do conhecimento, que ultrapassa os limites deste campo”, dessa forma, comunicar-se por meio não escrito pode aproximar todos os sujeitos, o antropólogo, os atores da narrativa e os leitores/observadores.

Com o passar dos anos, as imagens fotográficas foram ganhando espaço na Academia, principalmente nas pesquisas de mestrado e doutorado de universidades, pois começaram a caminhar lado a lado com o texto escrito ao ampliar a experiência etnográfica vivida pelo pesquisador ao seu leitor, ganharam reconhecimento ao desempenhar um papel discursivo, e não mais, um adorno dispensável ou algo até mesmo descaracterizado das formalidades inerentes a um texto científico. Nesse sentido, como enunciado por Rodolpho et al. (1997, p. 340), “Para uma ciência onde a escrita permanece o veículo de comunicação legítima da pesquisa científica, é importante considerar a tentativa de garantir um espaço de experimentação e debate sobre as potencialidades da imagem na construção do saber”.

Assim perguntas pertinentes ao estudo, podem ser explanadas de duas maneiras, uma mais geral e metodológica, enquanto a outra é mais específica. Nesse sentido, a questão metodológica perpassa sobre qual é o alcance de um trabalho que utiliza imagens, e não somente texto, para obter o resultado da reflexão sobre uma realidade?

A outra questão em debate encontra-se inserida no título da pesquisa, entre revelar aquilo que não é visto, ou ignorado, a interação entre a vida que segue e aquela que para, as imagens trazem uma reflexão entre olhares que se cruzam ou se evitam?

Para a pesquisa, como referências e fontes do estudo, além dos autores utilizados, recorreu-se a publicações do acervo do jornal “Boca de Rua” e meios online como a página “São Paulo Invisível” e “Vix Invisível”. A contribuição de fontes advindas de meios diversos foi realizada com o intuito de demonstrar a interlocução já existente, por diversos meios e trabalhos, para evidenciar a atual condição do grupo eleito para a pesquisa de campo.

A página “São Paulo Invisível”, é um espaço onde fotografias são postadas no formato foto/legenda, sobre a vida e histórias de indivíduos em situação de rua na cidade de São Paulo. O foco principal da página é motivar as pessoas a terem um olhar mais humano sobre essa questão social e provocar uma reflexão por meio dos relatos exteriorizados. De maneira diversa, o jornal “Boca de Rua” é um periódico fruto do trabalho direto de pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre, normalmente publicado trimestralmente. Nesse, experiências e vivências, bem como apontamentos e reivindicações são feitas por meio de entrevistas e reportagens, sempre escritas e produzidas somente pelo próprio grupo.

2. ETNOGRAFIA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A ideia inicial sobre a pesquisa surgiu em torno da expectativa da pesquisadora de produzir uma monografia sobre o tema “Pessoas em situação de rua em Vitória – ES”. O tema adveio das experiências do cotidianas da pesquisadora, resultando do contato, mesmo que ainda somente de maneira visual, de diversos contextos urbanos, de bairros nobres, o centro da cidade e também subúrbios. Nesse convívio, começou a notar quão vasta era a presença dessa população no entorno de grande parte dos locais de sua circulação e sentiu-se inquieta e empenhada a entender as questões que perpassam a condição de vida desses atores sociais e o que os levou até ali.

A princípio, a pesquisa seria nos moldes usuais de um trabalho de conclusão de curso. No entanto, após os primeiros contatos com o orientador da monografia, por meio de discussões e enfrentamentos, fixou-se, por consenso, realizar a pesquisa em viés antropológico, inserindo a pesquisadora no campo de observação. Ao decidirem que os embates, objetivos e pergunta da pesquisa seria levado a campo, amadureceram juntos a forma de inserção dos dados a serem coletados.

Após mais algumas orientações, fora reconhecido que ambos, orientador e orientando, tinham o desejo de introduzir nesse contexto uma vertente artística, outra, porém possível, maneira de descrever o que seria estudado. Ao considerarem os meios capazes para tanto, percebeu-se, em outros cursos de ensino superior, tais como jornalismo, artes cênicas, antropologia, publicidade e propaganda, história e demais ciências sociais o emprego de fotografias como meio de narrativa monográfica. Ao refletirem sobre a possibilidade fática, e depois de autorizado pela instituição, formalizou-se a tentativa do mesmo, inserindo-se a pesquisa no contexto da antropologia do Direito.

Buscou-se o olhar e as possíveis vertentes a que o captar da câmera poderiam levar a pesquisadora, o orientador, os leitores o trabalho e as próprias pessoas em situação de rua. O grupo elegido para a presente pesquisa etnográfica foi de pessoas em situação de rua, suas histórias e vivências nos contornos da comunidade social do centro da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

O Decreto 7.053 de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de rua, na qual em seu art. 1º, parágrafo único, estabelece como população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui como características comuns a inexistência de moradia convencional regular, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a pobreza extrema, o qual utiliza espaços públicos e áreas consideradas degradadas para espaço de sustento e moradia, de maneira permanente ou temporária, ou também unidades de acolhimento, para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

Assim, conforme mencionado no Decreto, e evidenciado por Santos (2018, p. 23) “Ao serem vistos como um fenômeno heterogêneo, os motivos da sua existência e permanência na rua não estão somente relacionados à pobreza, à falta de moradia e ao espaço geográfico”. Assim, a situação de permanência das pessoas nas ruas pode ser vista por outros fatores, tais como: a política local, as formas de dominação e organização social e as possibilidades

de assistência, não sendo o fator econômico suficiente para compreensão do fenômeno. (GABORIAU, 2011).

Como definido por Wanderley (2001) os problemas de exclusão social e pobreza são consequências inerentes à desigualdade social aliada a altas taxas de concentração de renda, onde os excluídos consistem em, sobretudo, “mendigos, pedintes, vagabundos, marginais que povoaram historicamente os espaços sociais, constituindo universos estigmatizados que atravessaram séculos” (ibid. WANDERLEY) de discriminação.

Com o nascer da era do capitalismo moderno, as cidades foram sendo gradativamente marcadas por banimentos territoriais de grupos populacionais excluídos, amparados pela intensificação de desigualdades e pela exploração da classe operária. (FERRAZ, 2014, p. 609-623). A partir da Revolução Industrial, a sociedade se organizou por meio de mecanismos de exclusão de boa parte da população, não só no âmbito do mercado de trabalho, mas também de direitos democráticos à cidade e da dignidade humana. (GUARESHI, 2001)

A permanência de pessoas em situação de rua é a manifestação de um fenômeno encontrado em diversas cidades brasileiras, como consequência do crescente processo de exclusão e invisibilidade pública, expondo as ruas como espaço de manutenção e ambiente de sobrevivência. (SANTOS, 2018, p. 50)

Ao observar essa população, nota-se que a rua, universo de auto reconhecimento como espaço de ocupação e moradia destes, é também zona de exclusão, discriminação e estigma individual e coletivo dos mesmos. Para Smith (2000, p. 135), “a condição de ‘sem teto’ traz o fardo da invisibilidade e da negação, fato que acaba por justificar sua expulsão dos espaços da dita ordem urbana”.

Na mesma perspectiva, a visibilidade de tais indivíduos é cada vez mais ignorada por empenhos institucionais de afastá-los dos locais em que se reconhecem como pertencentes, na tentativa de deslocá-los do convívio social, migrá-los para abrigos e bairros de periferia, para fora da cidade, longe dos prédios e comércios em direção a espaços marginais. (FERRAZ, 2014). Ademais, é evidente no cotidiano das metrópoles o desejo daqueles que passam diariamente por pessoas em situação de rua e esforçam-se para reafirmar a invisibilidade de seus corpos que ocupam concomitantemente o mesmo espaço daqueles. Assim, ligado à exclusão social firmada sobre esses cidadãos, criou-se em torno das

pessoas em situação de rua o chamado estigma, ou “mito”, um falseamento de produção da real condição desses indivíduos e a função social empenhada por eles.

Segundo Barthes (1989) “O ‘mito’ seria uma fala, um sistema de comunicação que, através da repetição, se naturaliza”. A criação e propagação desses estigmas revela-se por alguns meios.

Tem-se a parte cultural midiática, insistente em reforçar estereótipos de culpabilizar as vítimas ou que fazem com que os mesmos sejam entendidos como o trágico, patético, desamparado, e como reforçado por Ferraz (2014), “[...] outro, eximido de responsabilidade cívica ativa e com sua condição de pessoa negada”.

Ademais, junto a essas concepções insere-se a criminalização do sujeito, onde as principais notícias vinculadas à mídia e à própria fala social reforçam a associação desses indivíduos a drogados e vagabundos, sinalização de que essa é uma parcela populacional transgressora e, portanto, perigosa. (FERRAZ, 2014)

Tais anunciações podem ser relacionadas à “fala do crime” (CALDEIRA, 2000), onde a naturalização e internalização na própria percepção individual e coletiva, é a de serem sujeitos continuamente suspeitos e perigosos, revelando uma criminalização também em sentido simbólico ao segregar diferenças, impor divisões, distanciamentos e linhas de exclusão. (SANTOS, 2018, p. 30)

Dessa forma, uma visibilidade negativa é produzida ao sujeito, por classificações depreciativas e acusatórias, que não recaem somente pela situação de rua, mas também devido à acumulação de preconceitos, discriminações e de estigmas consequentes do potencial negativo social e espacial, poluidor e criminoso desses. (SANTOS, 2018, p. 37)

Contudo, é necessário dizer que, aparentemente, o mito não aceita desvios à regra, nas quais as exceções são tratadas com estranhamento e espanto, à medida que desmentem os estereótipos que em teoria deveriam ser totalizantes para garantir o processo de naturalização estigmática. (FERRAZ, 2014). Em tal contexto, enunciam-se, explicitamente pelo Estado, expulsões espaciais urbanas de pessoas em situação de rua, como medidas necessárias ao combate à criminalidade e embelezamento das cidades, as quais buscam encobrir a real intencionalidade em realizar a chamada “limpeza” dos centros urbanos. Como afirma Bauman (1998, p. 26) “A busca da pureza pós-moderna se expressa

diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes”.

Portanto, a existência dessa população de diversas concepções também vivencia diversas ações violentas que podem ser representadas pela violência cotidiana de homicídios, ataques e perigo, e até mesmo por abordagens truculentas, práticas de remoção e de repressão por parte do próprio Estado, que, muitas vezes, não é noticiada, nem quantificada, por algum tipo de repercussão pública. (SANTOS, 2018, p. 38)

Na mesma perspectiva, é necessário delinear uma imensa violência sofrida por esse grupo populacional, e que tem efeitos na esfera física, psíquica e social, isto é, a negação de direitos constitucionalmente garantidos e de caráter fundamental a todos os cidadãos, haja vista, que esses direitos, constantemente desrespeitados, tornam-se letra morta no cotidiano daqueles.

O mais basilar deles é o direito à dignidade da pessoa humana, instituído no artigo 1º III da Constituição Federal. (BRASIL, 1988). Esse, também princípio fundamental do Direito pátrio, por mais difícil de destringir seu conceito básico devido à abrangência de significados, consiste no fato de que “cada ser humano é humano por força de seu espírito, que o distingue da natureza impessoal e que o capacita para, tornar-se consciente de si mesmo, de autodeterminar sua conduta, bem como formatar a sua existência e o meio que o circunda”. (SARLET, 2009, p. 22 apud GOMES; FREITAS, 2010). Assim, em um contexto de pobreza extrema e falta de moradia, é verificado afronta desse direito básico.

A constituição estabelece ainda como um de seus fundamentos à igualdade e liberdade, garantidos no artigo 5º (BRASIL, 1988), porém é notório a não observância destes na rua, vez que esse grupo populacional está sujeito às práticas repressoras e abusivas, que como delineado por Figueiredo (2016, p.162) “os expõem ao constrangimento extremo, como recolhimento e apreensão de pertences pessoais por autoridades policiais e cerceamento do direito de ir e vir já que são ‘expulsos’ da cidade” por políticas públicas de limpeza espacial.

Ademais, outro direito não respeitado é a garantia à moradia, inserido no capítulo de Direitos Sociais, e previsto no artigo 6º da Carta Magna. (BRASIL, 1988). De modo simplório, é possível definir tal direito como “A posse exclusiva de um lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde a intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da

vida”. (NOLASCO, 2008, p. 87 apud SANTOS, 2013). Nesse sentido, é negado à medida que não se verificam políticas públicas suficientes para garantir o espaço acima descrito a todos os cidadãos.

Interligado a esse, verifica-se a não aplicabilidade, também, do direito à cidade, garantido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o qual, em uma concepção mais ampla, pensa a maneira desigual como a cidade é produzida e garante não só terra, mas direito à cidadania, à vida na cidade (MARICATO, 1987, p.83 apud TAVOLARI, 2016, p. 99).

À vista disso, percebem-se entraves concretos e simbólicos impostos a pessoas em situação de rua, como aos demais grupos sociais considerados indesejáveis, em integralizarem o corpo social.

Assim sendo, a invisibilidade pública, bem como seus subprodutos, exprime a produção e perpetuação de controle, intimidações, separações e desqualificações nas relações de poder e espaços físicos. (SANTOS, 2018, p. 50).

2.1 A GRANDE VITÓRIA – ES

Importante ressaltar que o caderno de campo antropológico do pesquisador é um relato pessoal de seu processo de imersão no estudo. O escopo principal deste não é influenciar o leitor da pesquisa, e neste caso, o observador das fotos, a mudar sua percepção do que foi apresentado, e sim, somente expor as concepções e experiências do próprio pesquisador.

A presente pesquisa de campo foi um processo de imersão e observação em 3 etapas, que fizeram com que a pesquisadora modificasse suas percepções pessoais e internas quanto ao grupo eleito. O primeiro momento fora observar interações na dinâmica do cotidiano de pessoas em situação de rua em calçadas, praças e vielas, sendo importante ressaltar que esta linha da pesquisa fora subdividida em diversas datas. A segunda etapa fora a participação em uma reunião do Fórum População em Situação de Rua, ocorrida em 14 de maio de 2018, em Itararé. E o terceiro momento fora a visita ao abrigo Arco Iris, serviço de acolhimento institucional para população adulta de rua em Jacaraípe, município de Serra.

Inicialmente, a pesquisadora esperava encontrar somente pessoas mal vestidas, sujas pela rotina de um cotidiano urbano, de má saúde, infelizes com suas vidas e indivíduos até mesmo agressivos. Inclusive, pensara que seu maior empecilho seria quanto a participação desses sujeitos no projeto, na coleta de relatos e fotografias em si. Nessa concepção, começou o trabalho numa perspectiva fotoetnográfica de relatar a melancolia e a insatisfação desse grupo, perante a falta de importância dada pelo Estado e pela sociedade frente aos direitos cotidianamente desrespeitados. Contudo, com o passar das experiências tidas, vistas e ouvidas, entendeu que essa população possui nuances e particularidades comuns a um grupo heterogêneo. Em outras palavras, não poderia cometer o erro de generalizar a condição que perpassa as histórias desses indivíduos.

Inicialmente foi-se a campo observar grupos de indivíduos em situação de rua na dinâmica social mais comum desses, ou seja, em ruas, calçadas, praças e demais espaços ocupados. Essas observações e as respectivas fotos foram tiradas num espaço de três meses, em diversas ocasiões distintas. O primeiro contato se deu com algumas pessoas em meio a suas relações cotidianas de grupo, no centro da cidade de Vitória, região da praça 8, Rua Sete e Praça Costa Pereira e entornos. Esse primeiro contato foi realizado junto com uma graduanda em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, e outras duas estudantes de fotografia da mesma universidade.

As interações iniciais, tanto de apresentações pessoais, quanto de apresentação das pesquisas que estavam sendo realizadas, foram tímidas, mas com algumas tentativas, as barreiras de locução foram sendo quebradas. Assim, numa série de enfrentamentos, evitações e acolhidas, o primeiro conjunto de coleta de fotos foi realizado. Seguiu-se no mesmo sentido demais observações, em diferentes datas e contextos de outros bairros como Praia do Suá e Jardim da Penha, além do centro de Vitória.

Em meio ao primeiro contato, a observadora, em uma autocrítica, se viu diante de uma realidade diferente daquela que imaginara encontrar. A maioria dos indivíduos estudados nessa primeira imersão se vestiam de forma comum, buscavam estar sempre higienizados, aparentemente apresentavam boa saúde, interações de grupos que se demonstravam contente, relataram a busca por mudanças e foram compreensíveis quanto à participação na pesquisa. Assim, acabou por perceber a pesquisadora que seu estudo etnográfico não seria sobre a melancolia das ruas de Vitória, porque não era aquilo que encontrara. Houve uma ruptura de expectativa pessoal e um certo estranhamento que passou a ser discutido em orientações, e posteriormente entendido e superado.

O segundo momento da pesquisa, fora a participação de uma reunião do Fórum População em Situação de Rua. Nesta observou-se a organização de reivindicação do grupo e seus subgrupos. Os representantes dos diferentes subgrupos se comunicavam usando redes sociais como o whatsapp e facebook para marcarem encontros e decidirem suas pautas. Os líderes do grupo, foram fazer suas reclamações perante representantes da Prefeitura de Vitória de maneira organizada, seguindo uma lógica de temas. Nessa reunião muito falou-se sobre a briga da prefeitura ser com os carrinhos dos moradores e o “método de higienização disfarçada” que estava ocorrendo em Serra, o agravamento das condições de vida dessas pessoas e a busca para que a Prefeitura crie algum mecanismo com o intuito de explicar quem é essa população e dar visibilidade para a mesma, sem o estigma já impregnado na sociedade. Por fim, fora relatado um episódio ocorrido em Serra, onde ocorrera a retirada de uniformes e materiais didáticos de adolescentes em situação de rua. Nessa fase do estudo de campo, a pesquisadora sentiu-se comovida por ter formalizado a escuta das pautas que ali foram apresentadas e relatos reais de insuficiência de ações estatais, bem como abuso policial na Grande Vitória. No tangente ao material fotográfico obtido durante a reunião, não foi permitido a entrada de câmeras.

O terceiro momento, foi a visita ao abrigo Arco Iris. A ida a tal abrigo foi discutida com a Defensora Estadual, membro do Núcleo Especializado em Direitos Humanos da Defensoria Pública, encarregada dos atendimentos de pessoas em situação de rua na Grande Vitória, Dra. Keyla Marconi. A escolha de tal abrigo foi realizada por um critério de facilidade para realização do estudo, procurou-se um abrigo que não se opusesse à entrada e recebimento de estudantes, bem como de aparelhos de gravação de áudio e aparelhos fotográficos. Ademais, foi considerado a agenda de atendimentos da defensora e a possibilidade de participação da pesquisadora.

Por parte da defensora estadual e da pesquisadora houve uma introdução curta de explicação do que era o trabalho e seu escopo para as pessoas que concordaram em participar do estudo e deram concessão legal para serem fotografadas. A partir disso, diálogos e fotos foram tiradas ao discutir-se quem são aquelas pessoas, quais são suas histórias, porque se encontram em um acolhimento institucional e quais são suas perspectivas de vida. No tangente a coleta do trabalho de campo nesse contexto, foi de extrema riqueza de fotos e percepções.

Por fim, após esse breve relato de elementos pretextais do processo de imersão da pesquisadora, indispensável dizer que depois da realização do trabalho de campo esse projeto revelou a própria pesquisadora, de inúmeras maneiras, um olhar inicialmente cheio de estigmas, que felizmente fora, e continua sendo desconstruído, pela própria população em situação de rua nos diversos locais de vivência da pesquisadora durante as suas experiências do trabalho de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia pode ser ferramenta capaz de inserir em determinado contexto, o leitor da pesquisa e seu pesquisador, ao trazer componentes não-verbais inerentes ao local onde a investigação antropológica foi ambientalizada. Por meio da metodologia de pesquisa chamada fotoetnografia, busca-se evidenciar o grupo elegido. A metodologia em questão é caracterizada por realizar e publicizar a investigação de campo por meio do universo fotográfico, onde as fotografias utilizadas mantêm-se na centralidade da narrativa da realidade retratada, não possuindo meramente uma função ilustrativa comumente usada.

O antropólogo, a partir das imagens coletadas, estabelece a estrutura para elaborar o texto etnográfico, no qual ambas proporções, escritas e fotográficas, integram-se com a finalidade de transmitir as constatações e construções percebidas a partir da investigação de campo. Ao utilizar equipamentos e técnicas fotográficas de maneira satisfatória e devida, a fotografia de finalidade etnográfica possibilita a demonstração visual do pesquisador, do que o texto escrito talvez não possa fazer.

Nesse sentido, o universo abordado pela presente pesquisa versa sobre pessoas em situação de rua da Grande Vitória, região metropolitana do estado do Espírito Santo. O objetivo da pesquisa retratada é romper a invisibilidade dada a este grupo social ao demonstrar que o estigma criado em torno dessa parcela populacional é instrumento de consolidação de uma sociabilidade urbana excludente e perpetuação de condições criminalizantes.

Da mesma maneira, vê-se o nítido desrespeito ao Estado Democrático de Direito, pois a realidade experimentada por pessoas que vivem nas ruas, evidencia o caminho oposto à

materialização e concretização de garantias fundamentais, do direito universal à moradia, o direito à cidade e o princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho em uma vila popular na cidade de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1996.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Caderno de campo digital: antropologia em novas mídias**. Porto Alegre. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2018.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11 edição. Rio de Janeiro, 2001.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro. 1998. p. 26.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001. p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo. 2000.

_____. **Decreto Lei n. 7.053, de 24 de dezembro de 2009**. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 28 jun. 2018.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. **Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem teto”: moradores ou transgressores?**. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0609.pdf>>. Acesso em 01 de set. 2018.

GABORIAU, Patrick. **Sem domicílio em Paris, Moscou e Los Angeles um etnólogo em três campos de pesquisa: tentativas de esclarecimento**. Niterói. 2011.

GOMES, Magno Federici; FREITAS, Frederico Oliveira. **Direitos Fundamentais e Dignidade Humana**. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8404>. Acesso em 21 nov. 2018.

GUARESHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis. 2001.

FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes de; GUERRA, Daniela de Lima Ranieri. **Da população em situação de rua: A criminalização do invisível**. Bauru. 2016. p.160-176. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/RIPE_n.66.08.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

KORSTANJE, Maximiliano. **La Fotografía em Pierre Bourdieu y el problema de la integración social****. Buenos Aires. 2008, p. 181 - 182. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/459/45901410.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1983. p. 16.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis. 1986. p. 70.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1994. p. 12-15.

MARICATO, Ermínia. **Os mutirões de São Paulo e reforma urbana** — Entrevista. 1987. p. 83.

RODOLPHO, Adriane et al. **Inventariando a grafia da luz nas dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS**. Porto Alegre. 1997. p. 316-348. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831997000300316&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, Camila Buzinaro dos. **A moradia como direito fundamental**. Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13677>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SANTOS, Patrícia Maria dos. **Um olhar sobre os sujeitos envolvidos na política municipal de atendimento à população em situação de rua de Vitória: caminhos para a reinserção social**. Vitória. 2018. p. 23 – 50.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional**. Porto Alegre. 2009. p. 22.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica**. Campinas. 2000. p. 135. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/Contornos%20de%20uma%20pol%EDtica%20espacializada.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial da desigualdade social**. Petrópolis. 2001.